

Dossier Temático

Prevenção e Capacidade de Resposta a Catástrofes Naturais

FICHA TÉCNICA

Título: Prevenção e Capacidade de Resposta a Catástrofes Naturais

Junho 2026

Administração Interna / Secretaria-Geral

Direção de Serviços de Documentação e Relações Públicas.

Divisão de Documentação e Arquivo

SUMÁRIO

1. NOTA PREAMBULAR	4
2. ORGANIZAÇÕES.....	5
2.1. Organizações Internacionais	5
2.1.1. Organizações de Ajuda Humanitária	7
2.1.2. Organizações Regionais e de Cooperação	7
2.1.2. Entidades Técnicas e de Monitorização	8
2.2. Organizações Europeias	9
2.3. Organizações Governamentais em Portugal	10
2.4. Organizações Não Governamentais em Portugal	12
3. GUIAS/ CAMPANHAS E RECURSOS EDUCATIVOS	13
3.1. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).....	13
3.2. Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).....	13
3.3. Ministério da Educação	15
4. RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS	16
4.1. Organizações Internacionais	16
4.2. Organismos nacionais	18
5. REFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS	21
5.1. Literatura Científica em Acesso Aberto	21
6. LEGISLAÇÃO	27
6.1. Quadro Normativo Nacional	27
6.2. Quadro Normativo Europeu	43
6.3. Jurisprudência.....	47

1. NOTA PREAMBULAR

As catástrofes naturais constituem um dos principais desafios contemporâneos à segurança das populações, à continuidade das funções do Estado e ao desenvolvimento sustentável das sociedades. Fenómenos como sismos, inundações, incêndios rurais, secas ou tempestades extremas, como aquele que ocorreu com mais impacto no início do corrente ano de 2026 (tempestade Kristin), apresentam impactos crescentes, potenciados por fatores como as alterações climáticas, a concentração urbana em áreas de risco, a degradação ambiental e a interdependência das infraestruturas críticas.

Neste contexto, a **prevenção e a capacidade de resposta a catástrofes naturais** assumem-se como pilares essenciais das políticas públicas de segurança e proteção civil. A abordagem atual ultrapassa a lógica exclusivamente reativa, centrada na resposta pós-evento, privilegiando uma **gestão integrada do risco**, que abrange todo o ciclo da catástrofe: prevenção, preparação, resposta e recuperação.

A **prevenção** visa reduzir a exposição e a vulnerabilidade das pessoas, dos bens e dos territórios, através da identificação e avaliação de riscos, do ordenamento do território, da implementação de medidas estruturais e não estruturais, do reforço dos sistemas de alerta precoce e da promoção da literacia do risco. Trata-se de um investimento estratégico que permite mitigar impactos humanos, económicos e institucionais, reforçando a resiliência das comunidades.

Por sua vez, a **capacidade de resposta** refere-se à aptidão das autoridades e dos sistemas de proteção civil para atuar de forma eficaz, coordenada e tempestiva perante a ocorrência de uma catástrofe. Inclui o planeamento de emergência, a prontidão operacional dos meios, a coordenação interinstitucional, a comunicação com a população e a articulação entre níveis local, nacional e internacional.

A nível internacional, este enquadramento é consagrado pelo **Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes (2015-2030)**, que estabelece orientações comuns para os Estados no sentido de compreender o risco, reforçar a governação, investir na redução do risco e melhorar a preparação para uma resposta eficaz. A União Europeia e a OCDE incorporam estes princípios nas suas estratégias, promovendo a cooperação, a harmonização de políticas e a partilha de boas práticas.

Em Portugal, a prevenção e a resposta a catástrofes naturais integram o domínio da **segurança interna**, através do Sistema Nacional de Proteção Civil, sob coordenação da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e encontram enquadramento estratégico na **Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030**, alinhada com os compromissos europeus e internacionais.

Assim, o reforço da prevenção e da capacidade de resposta a catástrofes naturais constitui não apenas uma responsabilidade institucional, mas um elemento estruturante da proteção das populações, da estabilidade do Estado e da sustentabilidade do território, exigindo uma abordagem integrada, contínua e baseada no conhecimento científico e na cooperação interinstitucional.

2. ORGANIZAÇÕES

2.1. Organizações Internacionais

Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes (UNISDR) / United Nations Office for Disaster Risk Reduction

É a entidade da ONU dedicada à prevenção e redução de catástrofes. Funciona como o secretariado do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, coordenando esforços globais para minimizar perdas de vidas, meios de subsistência e ativos económicos até 2030.

Ponto focal do sistema ONU para a coordenação da redução do risco de catástrofes e implementação das diretrizes de Sendai.

<https://www.undrr.org/>

Grupo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDG) / United Nations Sustainable Development Group

É uma rede composta por 37 fundos, programas, agências e departamentos da ONU. Tem como objetivo central unificar as equipas e melhorar a eficácia das atividades de desenvolvimento em mais de 162 países, garantindo a implementação da Agenda 2030 e dos seus 17 [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS). Estes objetivos abrangem áreas sociais, económicas e ambientais, visando erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade global até 2030.

<https://unsdg.un.org/>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) / United Nations Development Programme (UNDP)

Agência líder da ONU no desenvolvimento global, com a missão principal de erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e aumentar a resiliência dos países, ajudando-os a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

<https://www.undp.org/sustainable-development-goals>

Programa Alimentar Mundial (PMA) / World Food Programme (WFP)

Fornecer ajuda alimentar urgente a populações afetadas por catástrofes.

Organização Meteorológica mundial (OMM) / [World Meteorological Organization \(WMO\)](#)

<https://www.wfp.org/>

Site de previsão de ciclones tropicais / Tropical Cyclone Forecaster Website

Um dos melhores sites para acompanhar e prever ciclones tropicais, variam desde centros meteorológicos oficiais até plataformas visuais interativas. Permite o monitoramento em tempo real. A título de exemplo, prevê a trajetória de ciclones tropicais do IPMA em colaboração com a OMM.

<https://severeweather.wmo.int/TCFW/>

<https://www.ipma.pt/pt/otempo/prev.ciclones/>

<https://worldweather.wmo.int/pt/home.html>

Arquivo Mundial de Eventos Climáticos e Meteorológicos Extremos / World Weather and Climate Extremes Archive

Gerido pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em colaboração com a Universidade do Estado do Arizona. Este diretório oficial e científico rastreia, compila e verifica os limites globais, hemisféricos e regionais de fenómenos meteorológicos como temperatura, precipitação e vento

<https://wmo.int/site/world-weather-and-climate-extremes-archive>

Cadastro de Autoridades de Alerta da Organização Meteorológica Mundial (banco de dados oficial) / World Meteorological Organization Register of Alerting Authorities (official Db)

Gere em conjunto com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), centraliza e valida a autenticidade das instituições governamentais e de proteção civil autorizadas a emitir avisos de perigo e emergência, incluindo mensagens no padrão CAP (*Common Alerting Protocol*)

<https://alertingauthority.wmo.int/>

Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) / United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)

É a Entidade das Nações Unidas responsável por coordenar a resposta de emergência internacional a catástrofes naturais e outras situações de emergência. O seu principal objetivo é mobilizar ajuda, defender os direitos das comunidades afetadas por crises e coordenar planos de ação internacionais.

<https://www.unocha.org/climate-change>

6

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Agência humanitária global dedicada a defender os direitos das crianças, designadamente em contexto de eclosão de catástrofes naturais. Presente em mais de 190 países e territórios, atua na linha da frente para salvar vidas, e garantir acesso a cuidados de saúde, água potável, nutrição e educação.

<https://www.unicef.org/environment-and-climate-change>

Organização Meteorológica Mundial (OMM)

Essencial na previsão de fenómenos meteorológicos extremos e sistemas de alerta precoce.

<https://worldweather.wmo.int/pt/home.html>

2.1.1. Organizações de Ajuda Humanitária

FICV (Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho)

Uma das maiores organizações de resposta a emergências a nível mundial.

<https://www.icrc.org/pt/sobre-o-comite-internacional-da-cruz-vermelha-cicv>

Médicos Sem Fronteiras (MSF)

Oferece ajuda médica e humanitária de emergência a vítimas de catástrofes naturais entre outras competências.

<https://msf.org.pt/o-que-fazemos/contextos-de-trabalho/desastres-naturais/>

Save the Children

Focada na proteção infantil durante e após catástrofes.

<https://www.savethechildren.net/>

CARE

Atua na resposta humanitária e na erradicação da pobreza agravada por catástrofes.

Trata-se de uma agência humanitária internacional focada no combate à pobreza extrema. Atua em mais de 100 países através de programas locais de resposta a catástrofes, assegurando água, comida, abrigo e meios de subsistência de longo prazo para mitigar o impacto das crises.

<https://www.care.org/our-work/>

7

Fundação Aga Khan Portugal (AKAH)

Adota abordagens de preparação e resposta a catástrofes, focando-se em soluções locais e análise científica.

<https://the.akdn/pt/o-que-fazemos/construir-comunidades-resilientes/preparacao-resposta-desastres>

2.1.2. Organizações Regionais e de Cooperação

União Europeia (Mecanismo de Proteção Civil da UE)

Coordena a resposta a catástrofes entre os estados-membros e fornece ajuda humanitária a países terceiros.

<https://eurocid.mne.gov.pt/mecanismo-de-protecao-civil-da-uniao-europeia>

Agência Caribenha de Gestão de Emergências em Casos de Catástrofes (CDEMA) / Caribbean Disaster Emergency Management Agency

Focada na região das Caraíbas.

<https://www.cdema.org/index.php/ar/>

Centro de Coordenação para a Prevenção dos Catástrofes Naturais na América Central e na República Dominicana (CEDREDENAC) / Centro de Coordinación para la Prevención de los Desastres en América Central y República Dominicana

Coordena esforços na América Central.

<https://cepredenac.org/>

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) / *United States Agency for International Development*

Era a principal agência independente do governo dos EUA para assistência humanitária e ao desenvolvimento. No entanto, a agência foi definitivamente fechada pelo governo do presidente Donald Trump. Possui gabinetes especializados na assistência a catástrofes internacionais.

<https://www.usaid.gov/>

2.1.2. Entidades Técnicas e de Monitorização

Rede de Depósitos de Resposta Humanitária das Nações Unidas (UNHRD)

Rede de centros logísticos para apoio humanitário rápido.

<https://unhrd.org/>

Iniciativa Global para a Resiliência a Ameaças Naturais (IA)

Parceria que inclui a União Internacional das Telecomunicações (UIT) e o Programa da ONU para o Meio Ambiente, para aplicar a IA na previsão e gestão de catástrofes climáticas. O projeto incide no desenvolvimento de normas, partilha de conhecimento e proteção de comunidades vulneráveis

<https://news.un.org/pt/story/2024/08/1836551>

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Embora nacional, possui projeção internacional na monitorização de fenómenos climáticos extremos, tsunamis e incêndios.

<https://www.ipma.pt/pt/index.html>

Lions Clubs International / Lions Club International

Estas organizações atuam segundo princípios de ajuda humanitária, incluindo a humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência.

<https://www.lionsclubs.org/en>

2.2. Organizações Europeias

Agência Europeia do Ambiente (AEA) / European Environment Agency

É uma agência da União Europeia encarregada de fornecer informação independente e de qualidade sobre o ambiente. A AEA trabalha para promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para alcançar melhorias significativas e mensuráveis no ambiente europeu, fornecendo aos decisores políticos e ao público informações oportunas, específicas, relevantes e fiáveis.

<https://www.eea.europa.eu/pt>

Comissão Europeia / European Commission (Commission Européenne)

Através do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, a UE mobiliza apoio imediato para combater desastres naturais e crises de origem humana, salvaguardando vidas.

https://commission.europa.eu/topics/civil-protection_pt

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) / The Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)

É um fórum internacional que reúne mais de 30 países comprometidos com a democracia e a economia de mercado. Conhecida informalmente como o "clube dos países ricos", tem como principal missão promover políticas que melhorem o bem-estar económico e social global

<https://www.oecd.org/>

9

União Europeia (EU) / European Union

A UE e os governos nacionais estabeleceram objetivos claros para orientar a política ambiental europeia até 2020 e uma visão a mais longo prazo, que define qual deverá ser a situação em 2050, com o apoio de programas de investigação, legislação e financiamento específicos

https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/environment_pt

2.3. Organizações Governamentais em Portugal

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Tem competências na gestão dos recursos hídricos e na prevenção de riscos associados a cheias e inundações, sendo a entidade que implementa os Planos de Gestão de Riscos de Inundação

<https://apambiente.pt/prevencao-e-gestao-de-riscos>

<https://apambiente.pt/prevencao-e-gestao-de-riscos/agencia-portuguesa-do-ambiente>

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)

Entidade que tem a competência de planear e coordenar as políticas de proteção civil, emitir avisos à população e coordenar os agentes de socorro (como Bombeiros e INEM). A nível local, a prevenção é operacionalizada pelos Serviços Municipais de Proteção Civil

<https://prociv.gov.pt/pt/prevencao-e-preparacao/reducao-do-risco-de-catastrofes/enquadramento-internacional/>

<https://prociv.gov.pt/pt/sistema-de-protecao-civil/sistema-nacional-de-planeamento-civil-de-emergencia/>

<https://prociv.gov.pt/pt/seguranca-contra-incendio/atividade/enquadramento/>

Direção-Geral do Território (DGT)

Disponibilização de dados geoespaciais e territoriais de Portugal.

<https://point.dgterritorio.gov.pt/>

10

Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)

Instituição de socorro que colabora ativamente na preparação das comunidades, alojamento de emergência e assistência médica em cenários de catástrofe

<https://www.cruzvermelha.pt/o-que-fazemos/emergencia/>

Forças Armadas

Apoio logístico e emergência

<https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/forcasarmadas>

Guarda Nacional Republicana (GNR)

Desempenha um papel central na prevenção de incêndios rurais em Portugal. As suas principais competências incluem a fiscalização do cumprimento das regras de limpeza de terrenos, a monitorização e patrulhamento de zonas de risco, e a regulação do uso do fogo e queimas de sobrantes.

https://www.gnr.pt/Cons_NA_Defesa_Floresta_Contra_incencios.aspx

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Desempenha um papel fundamental na prevenção de incêndios florestais e na gestão dos espaços florestais a nível nacional.

<https://www.icnf.pt/>

<https://www.icnf.pt/florestas/gfr>

Instituto Hidrográfico de Portugal (IH)

Este Instituto disponibiliza previsões de marés, cartas náuticas, monitorização ambiental e dados geoespaciais. Assegura a previsão meteo-oceanográfica operacional, disponibilizando produtos fundamentais para o apoio à navegação, às operações militares e à segurança da vida no mar.

<https://www.hidrografico.pt/paginas-genericas/dt/doc/previsao-oceanografica/>

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Entidade responsável pela monitorização e previsão meteorológica, sísmica e oceanográfica. Emite alertas e avisos cruciais para a prevenção de fenómenos extremos, como secas, sismos, tsunamis e agitação marítima

<https://www.ipma.pt/pt/geofisica/sismicidade/>

<https://www.ipma.pt/pt/riscoincendio/rcm.pt/>

Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)

Instituto público que fornece investigação e apoio técnico na mitigação de riscos estruturais, geológicos e geotécnicos, avaliando a estabilidade de edifícios, encostas e barragens.

<https://www.lnec.pt/about-us/presentation>

Ministério Público (MP)

É um órgão constitucional com competência para exercer a ação penal, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, representar o Estado e defender a legalidade democrática.

<https://www.ministeriopublico.pt/search/node?keys=cat%C3%A1strofes+naturais>

Polícia de Segurança Pública (PSP)

Segurança e apoio em crises aos cidadãos

<https://www.psp.pt/Pages/homePage.aspx>

Safe Communities Portugal – SCP

O objetivo do SCP é promover comunidades mais seguras por meio do trabalho conjunto, aumentar a conscientização sobre segurança e reduzir o risco de se tornar vítima de crimes. Isso é feito através de uma série de objetivos específicos que abrangem o engajamento entre a polícia e o público; a comunicação e a conscientização; bem como o apoio público na luta contra o crime e a promoção da conscientização sobre proteção civil.

<https://www.safecommunitiesportugal.com/find-information/environment-and-weather/>

2.4. Organizações Não Governamentais em Portugal

Associação Portuguesa de Segurança (APSEI)

Esta entidade representa as empresas e os profissionais das áreas de Segurança contra Incêndio em Edifícios, Segurança Eletrónica, Segurança e Saúde no Trabalho e Segurança no Transporte de Mercadorias Perigosas

<https://www.apsei.org.pt/>

3. GUIAS/ CAMPANHAS E RECURSOS EDUCATIVOS

3.1. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)

Clube de Proteção Civil / ANEPC. 2017.

Resumo: Programa de conteúdos para um clube escolar de segurança e prevenção de riscos naturais, tecnológicos e mistos – o Clube de Proteção Civil – propondo às escolas do ensino básico um conjunto de recursos informativos e formativos que contribuam para a aquisição de competências específicas no quadro da proteção civil, em articulação com o [Referencial de Educação para o Risco](#), promovendo ações integradas neste domínio. 45 p. <https://prociv.gov.pt/media/2ikad3qf/dossier-do-clube-de-prote%C3%A7%C3%A3o-civil-2017.pdf>

Referencial de Educação para o Risco / Direção-Geral da Educação (DGE), Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), ANEPC. 2015.

Resumo: O Referencial de Educação para o Risco (RERisco) é um documento orientador para implementação desta área, desde a Educação Pré-Escolar até aos Ensinos Básico e Secundário. Contempla uma abordagem técnico-pedagógica, estabelecendo a ponte necessária entre a comunidade e a escola, objetivo primordial no contexto da Educação para a Cidadania. Este guia orientador do desenvolvimento da Educação para o Risco pretende facilitar a consciencialização da sociedade sobre a importância da Educação para o Risco, e o investimento em estratégias de conhecimento da prevenção e mitigação de riscos para a construção de uma cultura de segurança e de resiliência. 115 p. https://prociv.gov.pt/media/fkxbh2un/referencial_educacao_risco-2015.pdf

13

Sismos - Prepare-se e proteja-se / ANEPC, APS. 2018.

Resumo: Folheto de sensibilização para o risco sísmico, contendo as principais medidas a tomar antes, durante e depois de um sismo, produzido em parceria com a Associação Portuguesa de Seguradores. 5 p. <https://prociv.gov.pt/media/ovjbpe1c/sismos-prepare-se-e-proteja-se.pdf>

Visitar a Estrela em segurança / ANEPC | Folhetos de sensibilização. 2021.

Resumo: Folheto tríptico com conselhos e medidas de autoproteção para os visitantes da Serra da Estrela no período de inverno. Contem um destacável para o público júnior. 2 p. https://prociv.gov.pt/media/5ermpl42/visitar_a_serra_da_estrela-flyer_2021.pdf

3.2. Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Dados satélite IPMA 14-02-2022

Multimédia Meteo, Dados satélite IPMA 14-02-2022

Resumo: Os registos oficiais dos dados de satélite e da previsão do estado do tempo do IPMA referentes a 14 de fevereiro de 2022 estão disponíveis em formato de vídeo

no arquivo multimédia oficial da instituição.

Canal: [Previsão do Tempo ano de 2022](#)

<https://educast.fccn.pt/vod/clips/2m2smq9n1r/streaming.html?locale=pt>

IPMA-Escolas - *Os porquês do mar e da atmosfera*

Resumo: Programa de divulgação de ciência do IPMA destinado aos alunos dos diferentes níveis de ensino. As ações desenvolvidas centram-se na temática do mar e da atmosfera e visam mostrar um pouco da Ciência que se faz no IPMA e simultaneamente contribuir para a Literacia do Oceano.

O mar e a atmosfera: Projecto educativo – Os golfinhos precisam de ti

Resumo: Este projeto educativo visa explorar a interdependência entre os oceanos e a atmosfera. Focado na conservação dos cetáceos, destaca como a poluição atmosférica e marinha afeta os golfinhos, promovendo a literacia ambiental e a adoção de hábitos sustentáveis para proteger a vida marinha

Canal: [Arquivo Digital Vídeo](#)

<https://educast.fccn.pt/vod/clips/k0ydmq8p/desktop.mp4?locale=pt>

O mar e a atmosfera: Projecto educativo: Dia Nacional do Mar "Olhando o mar, sonho sem ter de quê" de Fernando Pessoa

Multimédia Meteo. 2022

Resumo: É uma iniciativa que cruza a poesia de Fernando Pessoa com a ciência. A expressão integra conteúdos audiovisuais do [Educast Player](#) criados em parceria com o [Instituto Português do Mar e da Atmosfera \(IPMA\)](#), promovendo a literacia científica e oceânica nas escolas

<https://educast.fccn.pt/vod/clips/2mgu6fprnw/desktop.mp4?locale=pt>

Seca meteorológica em Portugal: situação meteorológica atual 28-01-2022 / RTP, IPMA

Resumo: Portugal Continental enfrentava em 2022 um agravamento severo da **seca meteorológica**, sendo considerada uma das piores situações em 17 anos (semelhante a 2005). O território nacional encontrava-se totalmente afetado, distribuindo-se por **seca moderada (54%)**, **seca severa (34%)** e **seca extrema (11%)**.

[1, 2]

<https://educast.fccn.pt/vod/clips/13wickhxgs/desktop.mp4?locale=pt>

World Meteorological Organization – *Porque é que precisamos de meteorologistas?* 2018.

Resumo: Os meteorologistas são essenciais para proteger vidas e otimizar a economia. Eles interpretam dados complexos da atmosfera para emitir alertas de tempestades, apoiam o setor agrícola com previsões de colheita e orientam rotas seguras na aviação e navegação, garantindo segurança e eficiência

<https://educast.fccn.pt/vod/clips/1flfine9ep/streaming.html?locale=pt>

3.3. Ministério da Educação

Referencial de Educação para o risco : Educação Pré-Escolar Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) Ensino Secundário. / Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação (DGE) Diretor-Geral da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE); Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2015

Resumo: Trata-se de um documento orientador da [Direção-Geral da Educação \(DGE\)](#) e da [Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil \(ANEPC\)](#), concebido para promover uma cultura de segurança, resiliência e cidadania ativa desde o pré-escolar até ao ensino secundário. O documento está estruturado para abordar os conceitos de prevenção e mitigação de riscos

https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos/uploads/writer_file/document/34172/referencial_d_e_educacao_para_o_risco.pdf

Riscos e catástrofes naturais (Cheias, inundações e deslizamentos de terra). In: “Estudo em casa”. [201_]

Resumo: Os riscos e catástrofes naturais são fenómenos que resultam do funcionamento da dinâmica da Terra, como chuvas intensas e declives acentuados. Quando causam danos materiais e perdas humanas, transformam-se em catástrofes. Podem ser agravados pela ação humana (degradação ambiental)

Palavras-chave: Risco; Catástrofe natural e antrópica; Cheias; Inundações; Deslizamentos de terra

<https://estudoemcasaapoia.dge.mec.pt/recurso/riscos-e-catastrofes-naturais-cheias-inundacoes-e-deslizamentos-de-terra>

Riscos e catástrofes naturais: tempestades tropicais. In: “Estudo em casa”. 2021

Resumo: As tempestades tropicais são fenómenos meteorológicos extremos caracterizados por ventos intensos, chuvas torrenciais e depressões severas sobre águas quentes (> 26,5°C). Elas integram a matéria de Geografia do 9.º ano e são abordadas em detalhe no programa educativo.

Palavras-chave: Riscos; Catástrofes naturais; Ciclone; Furacão; Tufão

<https://estudoemcasaapoia.dge.mec.pt/recurso/riscos-e-catastrofes-naturais-tempestades-tropicais>

Rebelo, Maria Filomena Teixeira de Melo - **Plano de Emergência Individual.** Casa das Ciências: Recursos Educativos: Geologia. [201_]

Resumo: Descrição. Apresentação em Powerpoint e guia de exploração sobre prevenção e segurança durante a ocorrência de catástrofe natural.

<https://www.casadasciencias.org/recurso/8241>

4. RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS

4.1. Organizações Internacionais

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) - **Climate change 2023 : Synthesis Report : A Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** [em linha]. Geneva: IPCC, 2023. 184 pp. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_FullVolume.pdf

Resumo: O Relatório de Síntese baseia-se no conteúdo dos três Relatórios de Avaliação dos Grupos de Trabalho: [GT1 – A Base Científica Física](#), [GT1I – Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade](#), [GT3 – Mitigação das Alterações Climáticas](#), e nos três Relatórios Especiais: [Aquecimento Global de 1,5°C](#), [Alterações Climáticas e a Terra](#), [O Oceano e a Criosfera num Clima em Mudança](#)

United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR) - **Global Assessment Report on disaster risk reduction (GAR 2025) : Resilience pays : Financing and investing for our future = Relatório de Avaliação Global sobre Redução do Risco de Desastres (GAR): Resiliência Compensa: Investindo e Financiando o Nosso Futuro.** [em linha]. Geneva: IPCC, 2025. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: <https://www.undrr.org/gar/gar2025#download>

Resumo: A publicação menciona os custos com as catástrofes ocorridas anualmente ultrapassando os 2,3 triliões de dólares, quando considerados os custos em cascata e os impactos sobre os ecossistemas. Destaca os investimentos mais inteligentes que permitam reverter o ciclo destrutivo provocado por catástrofes, dívidas, falta de seguro e necessidades humanitárias que ameaçam o mundo afetado pelas mudanças climáticas.

16

United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), Early Warnings for All, World Meteorological Organization (WMO) - **Global Status of Multi-hazard early warning systems = Situação global dos sistemas de alerta precoce para múltiplos riscos em 2025.** [em linha]. Geneva: UNDRR, 2025. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: <https://www.undrr.org/media/112480>

Resumo: O documento apresenta o panorama atual sobre como diferentes países e regiões estão implementando e desenvolvendo sistemas de alerta precoce capazes de lidar com múltiplos tipos de riscos (como catástrofes naturais, climáticas e tecnológicas). Destaca ainda os progressos alcançados na proteção de vidas e bens, mostrando exemplos de boas práticas, inovações tecnológicas e políticas públicas que fortalecem a capacidade de resposta às catástrofes.

United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR) – **Sendai framework for disaster risk reduction 2015-2030 = Marco de Sendai para a redução do risco de desastres 2015-2030.** [em linha]. Geneva: UNDRR, 2025. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: <https://www.undrr.org/implementing-sendai-framework/what-sendai-framework>

O Quadro de Sendai foi o primeiro grande acordo da agenda de desenvolvimento pós-2015 e fornece aos Estados-Membros ações concretas para proteger os ganhos de desenvolvimento do risco de catástrofes.

World Meteorological Organization (WMO) – **State of the global climate = Estado do Clima Global 2024**. [em linha]. Genebra: WMO, 2025. [Consult. em 18 junho 2026].

Disponível na internet:

<https://library.wmo.int/viewer/69455/?offset=#page=1&viewer=picture&o=bookmark&n=0&q=>

Resumo: A publicação apresenta um resumo do estado dos indicadores climáticos em 2024, com seções sobre indicadores climáticos-chave, eventos extremos e seus impactos. Os indicadores incluem temperaturas globais, concentração de gases de efeito estufa, conteúdo de calor oceânico, elevação do nível do mar, acidificação dos oceanos, gelo marinho no Ártico e na Antártica, geleiras e precipitação, com uma análise dos principais fatores que impulsionam a variabilidade climática interanual ao longo do ano, incluindo o El Niño-Oscilação Sul e outros índices oceânicos e atmosféricos. Os eventos extremos destacados incluem aqueles que estão associados a ciclones tropicais e tempestades de vento; inundações, secas e eventos de calor e frio extremos. A publicação também apresenta as descobertas mais recentes sobre riscos e impactos relacionados ao clima, incluindo segurança alimentar e deslocamento de populações.

European Environment Agency (EEA) – **European Climate Risk Assessment: Executive summary = Avaliação Europeia de Riscos Climáticos: Relatório da EEA 01/2024**. [em linha]. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2024. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet:

<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/european-climate-risk-assessment>

Resumo: Esta publicação identifica 36 riscos climáticos que representam uma ameaça para a segurança energética e alimentar, ecossistemas, infraestruturas, os recursos hídricos, a estabilidade financeira e a saúde das pessoas na Europa. Demonstra que muitos desses riscos já atingiram níveis críticos e podem tornar-se catastróficos se não houver uma ação urgente e decisiva. O conhecimento reunido nesta avaliação é sintetizado para apoiar a formulação de políticas estratégicas.

The Emergency Events Database (EM-DAT); Centre for Research on the Epidemiology of Disaster (CRED) at the University of Louvain (UCL) – **Disaster in numbers 2025: Earth, Wind & Fire = Desastres em números em 2025: Terra, vento e fogo**. [em linha]. Brussels: UCL, 2024. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet:

<https://reliefweb.int/report/world/2025-disasters-numbers>

Resumo: Em 2025, o Banco de Dados de Eventos de Emergência (EM-DAT) registou 358 desastres relacionados com riscos naturais. Esses eventos resultaram em 16.607 mortes, afetaram cerca de 110,2 milhões de pessoas e causaram perdas económicas de 169,68 biliões de dólares. A Ásia representou uma parcela desproporcionalmente grande das mortes relacionadas com catástrofes naturais, em grande parte devido aos grandes terremotos em Mianmar e no Afeganistão. O ano também foi marcado por uma seca recorde na Síria, que deixou 80% da população a necessitar de

assistência, e pelos incêndios de Palisades e Eaton, que provocaram os incêndios florestais mais destrutivos.

4.2. Organismos nacionais

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – **Relatório do Estado do Ambiente (REA) 2024**. [em linha]. Lisboa: APA, 2024. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: https://rea.apambiente.pt/sites/default/files/rea/REA_2024_Final_22_out_2024.pdf

Resumo: O documento traduz-se num conjunto de indicadores que dão uma perspetiva do ambiente em Portugal, identificando a posição do país face aos compromissos e metas assumidos em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável. Apresenta 58 fichas temáticas de indicadores, organizados em oito domínios ambientais: Ambiente e Economia, Energia e Clima, Transportes, Ar e Ruído, Água, Solo e Biodiversidade, Resíduos e Riscos Ambientais.

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – **Relatório do Estado do Ambiente (REA) 2022/2023**. [em linha]. Lisboa: APA, 2023. 80 pp. [Consult. em 18 junho 2026].

Disponível na internet:

https://rea.apambiente.pt/sites/default/files/rea/REA%202022_2023_pdf_vfinal_11_10_2023.pdf

Resumo: O presente relatório apresenta 43 fichas temáticas de indicadores, organizados em oito domínios ambientais que vão desde a economia e ambiente, passando pela energia e clima, transportes, ar, água, solo e biodiversidade, resíduos e riscos ambientais. As fichas apresentam informação sucinta, referindo as principais conclusões de cada área temática e remete para o Portal do Ambiente a análise mais detalhada da evolução de cada indicador. O relatório inclui infografias por domínio, que sintetizam alguns dos números que caracterizam o estado do ambiente.

18

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) - **Anuário de Segurança Contra Incêndio em Edifícios 2025**. [em linha]. Carnaxide: ANEPC, 2025. 89 pp.

[Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet:

https://prociv.gov.pt/media/xmtdifgu/anuario_scie_2025.pdf

Resumo: O presente anuário apresenta uma radiografia sobre os incêndios urbanos e os serviços de segurança contra incêndio em edifícios em todo o território de Portugal, continente e regiões autónomas, constituindo-se como um repositório central de informação estatística.

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) - **Anuário de Segurança Contra Incêndio em Edifícios 2024**. [em linha]. Carnaxide: ANEPC, 2024. 85 pp.

[Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet:

<https://prociv.gov.pt/media/jhql5txk/anuario-scie-2024.pdf>

Resumo: O presente anuário apresenta uma radiografia sobre os incêndios urbanos e os serviços de segurança contra incêndio em edifícios em todo o território de Portugal, continente e regiões autónomas, constituindo-se como um repositório central de informação estatística.

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) -. **Cidades Resilientes em Portugal – 2018: Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes = Resilient cities in Portugal.** [em linha]. Carnaxide: ANEPC, 2018. 78 pp. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet:

https://prociv.gov.pt/media/aognyod3/cidades_resilientes_em_portugal_2018.pdf

Resumo: Trata-se da terceira edição da publicação, *Cidades Resilientes em Portugal*, compreendendo 27 municípios nacionais aderentes à rede internacional da Campanha “Cidades Resilientes”, lançada em 2010 pela Organização das Nações Unidas. Esta publicação tem por objetivo testemunhar o trabalho empenhado, evidenciando as iniciativas desenvolvidas ou em curso por parte destes municípios, juntamente com os parceiros locais dos diversos setores, na redução dos riscos a nível local e na promoção da resiliência das suas comunidades.

Direção-Geral do Território (DGT) - **Estratégia Cidades Sustentáveis 2020.** [em linha]. Lisboa: DGT, 2015. 123 pp. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: <https://www.dgterritorio.gov.pt/node/1623>

Resumo: O objetivo do documento é promover cidades mais sustentáveis, resilientes e competitivas, capazes de responder aos desafios ambientais, sociais e económicos contemporâneos e enquadra-se na estratégia nacional de desenvolvimento urbano sustentável no período de 2014 a 2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 16 de julho.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Direção Nacional de Gestão do Programa de Fogos Rurais. ICNF / Sistema Nacional de Fogos Rurais - **8.º Relatório provisório de incêndios rurais: 2024: 1 de janeiro a 15 de outubro.** [em linha] Lisboa: ICNF, 2024. 14 pp. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: <https://www.icnf.pt/api/file/doc/2c59a4dae34c3968>

Resumo: O presente relatório apresenta Informação estatística sobre incêndios rurais de 1 de janeiro a 15 de outubro de 2024.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Divisão Clima e Alterações Climáticas – **Boletim climático anual 2023.** [em linha]. Lisboa: IPMA, 2024. 36 p. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.ipma.pt/resources.www/docs/im.publicacoes/edicoes.online/20240325/NJwiNVXlahTAVKioLFka/cli_20231201_20231231_pcl_aa_co_pt.pdf

Resumo: O relatório apresenta os dados que revelam que o ano de 2023 em Portugal continental foi extremamente quente e seco, destacando-se pela elevada frequência de ondas de calor, défice de precipitação e ocorrência de múltiplos eventos extremos, incluindo episódios de precipitação intensa e seca severa. Estes padrões confirmam a tendência de intensificação das alterações climáticas e o aumento do risco de fenómenos meteorológicos extremos no território nacional. Também a nível da Europa verificou-se um aumento significativo das temperaturas.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Departamento de Meteorologia e Geofísica (DMG). Divisão de Previsão Meteorológica e Vigilância (DivMV) – **Relatório Incêndios rurais: Análise meteorológica & índices de perigo.** [em linha]. Lisboa: IPMA, 2024. 39 p. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.ipma.pt/resources.www/docs/im.publicacoes/edicoes.online/20241016/fWFjQjMVLLtUguJCpLiM/met_20240901_20240930_fog_mm_co_pt.pdf

Resumo: Os dados provisórios obtidos a setembro até setembro de 2024 é da ocorrência de 6229 incêndios e uma área ardida de 136 mil hectares.

Portugal. Sistema de Segurança Interna – **Relatório de Segurança Interna 2025.** [em linha]. Lisboa: SSI, 2026. 443 pp. [Consult. em 18 junho 2026]. Disponível na internet: <https://portugal.gov.pt/gc25/comunicacao/documentos/rasi-2025-relatorio-anual-de-seguranca-interna>

Resumo: Este relatório, publicado anualmente, dedica uma secção à prevenção e ao combate aos incêndios rurais, bem como às ações de socorro, enquanto elemento que intervém na avaliação do grau de segurança interna do país.

Portugal. Sistema de Segurança Interna – **Relatório de Segurança Interna 2024.** [em linha]. Lisboa: SSI, 2025. 139 pp. [Consult. em 18 dezembro 2025]. Disponível na internet:

<https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna/RASI%202024.pdf>

Resumo: Este relatório, publicado anualmente, dedica uma secção à prevenção e ao combate aos incêndios rurais, bem como às ações de proteção e socorro, enquanto elemento que concorre na avaliação do grau de segurança interna do país.

5. REFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS

5.1. Literatura Científica em Acesso Aberto

Abbas, Reem; Miller, Todd — Exploring communication inefficiencies in disaster response: Perspectives of emergency managers and health professionals. ***International Journal of Disaster Risk Reduction***. 2025. Volume 120, 105393, ISSN 2212-4209. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2025.105393>

Cuesta Aguilar, Maria José – Ordenación del territorio, medio ambiente y globalización: Reflexiones desde la geografía regional al nuevo contexto socio económico. ***Boletín de la AGE***. 2006. (42) p. 255-269. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2219479.pdf>

Almeida, Elton José Cabral — ***A Logística Militar em Situações de Catástrofes Naturais***. Lisboa: Academia Militar. 2025. (Dissertação de Mestrado Ciências Militares na Especialidade de Administração). [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/59619>

Barino, Raphael Sepulveda — Military logistics deployment in disaster scenarios. ***Revista de Ciências Militares***. Lisboa: Instituto Universitário Militar (IUM). 2026. Volume 3. N.º 2. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/62194>

Cabeleira, Madalena — ***Planos Estratégicos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas como Prevenção dos Acidentes em Proteção Civil***. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC). 2024. (Mestrado em Riscos e Proteção Civil). [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/54518>

Cabrita, T. M. — Natural Disasters and EU Emergency Law. ***EmergEU Working Paper Series***. Maastricht: Maastricht University. 2025. EmergEU Working Paper Series No. 2/2025. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://www.maastrichtuniversity.nl/sites/default/files/2025-12/EmergEU%20Working%20Paper%20Series%202-2025.pdf>

Carmo, André Dias do — ***Potencialidades do Apoio Militar de Emergência na Redução do Risco de Catástrofe Natural: Um Estudo de Caso Sobre os Incêndios Rurais***. Lisboa: Academia Militar. 2024. (Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Administração Militar). [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/54253>

Castro, Kleber — **Análise dos sistemas de gerenciamento de desastres portugueses e brasileiro frente ao padrão das Nações Unidas e FEMA**. Aveiro: Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA). 2023. (Dissertação em Gestão de Emergência e Socorro). [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/48061>

Catástrofes naturais : uma realidade multidimensional, Lisboa, 24 de outubro 2012: Actas do colóquio / Coord. Carla Amado Gomes, Rute Gil Saraiva. Lisboa : Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2013.- 206 p. ISBN 978-989-97834-2-3 : PDF [Consult. em 29 maio 2026]. Disponível na internet: http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf

Coelho, Vítor Hugo Martins; Rodrigues, André Filipe Branco; Martins, Bruno - Caracterização dos serviços municipais de proteção civil em Portugal continental. In: **Contributos da formação para a redução do risco** / coord. António Duarte Amaro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025. (Riscos e catástrofes). p. 175-220. ISBN Digital 978-989-26-2685-7. [Consult. em 26 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_XII/eBook_SRC_Formacao-Reducao-do-Risco_Cap01.pdf

XVIII Colóquio Ibérico de Geografia. Desafios Societais. A perspetiva da Geografia. Coimbra. 9 a 11 de outubro de 2024. Universidade de Coimbra, Associação Portuguesa de Geógrafos. [Consult. em 23 junho 2026]. Disponível na internet: https://drive.google.com/file/d/1ZNf4rrETWgXDhYPSJeWoU7Ap8I3Dzu_y/view

Cornish, Flora; Leitão, Andreia — The perils of risk communication in a context of uncertainty: The long dispute over contamination after the Grenfell Tower fire. **International Journal of Disaster Risk Reduction**. [em linha] 2026. Volume 143, 106260, ISSN 2212-4209. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2026.106260>

Duarte, Pedro — **Perceção do Risco e Estratégias de Proteção e Segurança**. Lisboa: ISEC – Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC), 2025. (Mestrado em Riscos e Proteção Civil). [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/62381>

European Commission: Directorate-General for European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations (ECHO) — **Overview of natural and man-made disaster risks the European Union may face**. Publications Office of the European Union, 2017, <https://data.europa.eu/doi/10.2795/861482>

Ferro, Maria Jorge; Castro, Fátima Velez de; Barata, Vera - Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal). In: ***Contributos da sociedade para a redução do risco em populações vulneráveis*** / coords. Fátima Velez de Castro e Luciano Lourenço. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024. (Riscos e catástrofes) p. 163-188. ISBN Digital 978-989-26-2546-1. [Consult. em 26 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_XI/ebook_CSRRPV_cap07.pdf

Flores-Rozas, Daniel; Manso-Callejo, Miguel-Ángel — Proposal for a Data Model for a Multipurpose Cadastre in Chile Based on Land Administration Model ISO 19152 for Natural Disaster and Risk Management. ***Urban Science***. 2025. Volume 9, n.º. 12: 532. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://doi.org/10.3390/urbansci9120532>

Freitas, Ana - Proteção civil europeia: formação conjunta, resposta coordenada, responsabilidade partilhada. In: ***Contributos da formação para a redução do risco*** / coord. António Duarte Amaro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025. (Riscos e catástrofes). 137-153. ISBN Digital 978-989-26-2685-7. [Consult. em 26 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_XII/eBook_SRC_Formacao-Reducao-do-Risco_Cap01.pdf

Furtado, Luís — ***Riscos Psicossociais em Bombeiros Sapadores em equipas de busca e resgate em estruturas colapsadas***. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC), 2023. (Mestrado em Riscos e Proteção Civil). [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/49556>

Gerolimos, Nikitas; Alevizos, Vasileios; Edralin, Sabrina; et al. — Autonomous Decision-Making Enhancing Natural Disaster Management through Open World Machine Learning: A Systematic Review. ***Human-Centric Intelligent Systems***. 2025. V. 5, (2), pp. 269–284. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://doi.org/10.1007/s44230-025-00098-2>

Ghaffarian, Saman; Taghikhah, Firouzeh Rosa; Maier, Holger R. — Explainable artificial intelligence in disaster risk management: Achievements and prospective futures. ***International Journal of Disaster Risk Reduction***. 2023. V. 98, 104123, ISSN 2212-4209. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2023.104123>

Godinho, António — ***Plataforma local para a redução do risco de catástrofes***. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC), 2024. (Mestrado em Riscos e Proteção Civil). [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/54515>

Gonçalves, António Bento – Riscos naturais em Portugal. In: **Os Desafios (geográficos da governação territorial)** / coord Pedro Chamusca e António Bento Gonçalves. [Braga], 2023, p. 61-83. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.researchgate.net/publication/372792768_Riscos_Naturais_em_Portugal

Gonçalves, António Bento-Gonçalves; Vieira, António; Costa, Francisco da Silva - Ensino superior em proteção civil em Portugal – a incorporação do conhecimento científico nas decisões operacionais. In: **Contributos da formação para a redução do risco** / coord. António Duarte Amaro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025. (Riscos e catástrofes). p. 17-33. ISBN Digital 978-989-26-2685-7 [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_XII/eBook_SRC_Formacao-Reducao-do-Risco_Cap01.pdf

Guerra, Sidney - Catástrofes naturais e a emergência do Direito Internacional das Catástrofes. **Cadernos de direito actual**, (8), 2017, p. 331-346. [Consult. em 26 junho 2026]. Disponível na internet: <https://www.cadernosdedereitoactual.es/index.php/cadernos/article/view/272/174>

Kutpanova, Zarina; Kadhim, Mustafa; Zheng, Xu; Zhakiyev, Nurkhat — Multi-UAV path planning for multiple emergency payloads delivery in natural disaster scenarios. **Journal of Electronic Science and Technology**. 2025. V. 23, (2), 100303, ISSN 1674-862X. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://doi.org/10.1016/j.inlest.2025.100303>

Monteiro, Ana; [Madureira, Helena](#) - Riscos atmosféricos mistos, IX. In: **Catástrofes mistas: uma perspetiva ambiental** / coords. Luciano Lourenço e Adélia Nunes. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. (Riscos e catástrofes). p. 19-38. ISBN Digital 978-989-26-1901-9. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_IX/eBook-Catastrofes-Mistas_Capa_frente.pdf

Mujtaba, Ali Hassan — Machine learning-based insurance risk assessment pipeline for natural disaster prediction and claims. **Frontiers in Artificial Intelligence**. 2026. V. 9. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/frai.2026.1802461/full>

Natsvlshvili, Levan & Keleptrishvili, Shalva — Development of a visual tool for natural disaster risk assessment for the communities of the Republic of Georgia. **Geodesy and Cartography**. 2025. 51(4), p. 227–233. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://doi.org/10.3846/gac.2025.21859>

Oliva, Raúl — **Cidades Resilientes: Conhecimento e preparação das Comunidades na mitigação do Risco**. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC). 2024. (Mestrado em Riscos e Proteção Civil). [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/10400.26/53220>

Paupério, Esmeralda; Romão, Xavier – Perdas patrimoniais e catástrofes naturais. In **Congresso Internacional “Património Cultural .y Catástrofes, Lorca como referencia”. 3, 4 y 5 de octubre de 2018, Teatro Guerra (Lorca), Murcia**, 2019, ISBN 978-84-8181-740-9, p. 35-46. [Consult. Em 24 de junho 2026]]. Disponível na internet: https://libreria.cultura.gob.es/libro/congreso-internacional-patrimonio-cultural-y-catastrofes-lorca-como-referencia_3815/edicion/ebook-3995/

Rebelo, Fernando - Crises e catástrofes (ditas) naturais: reflexões a partir de alguns exemplos portugueses. **Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**. v. 10, 2012, p. 131-154. [Consult. Em 24 de junho 2026]]. Disponível na internet: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4328580>

Saraiva, Jorge Gil – Catástrofes naturais; o que são? In: **Catástrofes naturais: uma realidade multidimensional. ICJP – 24 de outubro de 2012. Actas do colóquio** / coords. Carla Amado Gomes, Rute Gil Saraiva. Lisboa : Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2013.- 206 p. ISBN 978-989-97834-2-3. p.. 23-46 [Consult. em 29 maio 2026]. Disponível na internet: https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf

Schaffer, Daryl; Carlson, Cameron — Assessing climate-driven storm impacts on geographically isolated communities and underserved vulnerable populations. **International Journal of Disaster Risk Reduction**. [em linha] 2026. v. 143, 106241, ISSN 2212-4209. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2026.106241>

Silva, Miguel Correia — O Papel da proteção civil na prevenção e mitigação de catástrofes naturais em Portugal. In: **Catástrofes naturais: uma realidade multidimensional. ICJP – 24 de outubro de 2012. Actas do colóquio**. / coords. Carla Amado Gomes, Rute Gil Saraiva.- Lisboa : Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2013.- 206 p. ISBN 978-989-97834-2-3. P. 47-94. [Consult. em 29 maio 2026]. Disponível na internet: https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf

Tavares, Alexandre O.; Barros, Leandro, Santos, Pedro P.; Paulo, Susana Pereira - Cartografia de 150 anos de ocorrências hidrogeomorfológicas catastróficas; Portugal continental um território de inquietação = Cartography of 150 years of hydrogeomorphological catastrophic occurrences; Portugal mainland a territory of concern. ***Memorias de la Real Sociedad Española de Historia Natural***. Madrid: Real Sociedad Española de Historia Natural, 2017. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/80717/1/Cartografia%20de%20150%20anos%20de%20ocorr%C3%Aancias%20hidrogeomorfol%C3%B3gicas%20catas>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction — ***Global assessment report on disaster risk reduction 2024: Forensic insights for future resilience, learning from past disasters***. Geneva, Switzerland. [Consult. em 25 junho 2026]. Disponível na internet: https://www.irdrinternational.org/knowledge_pool/publications/137

6. LEGISLAÇÃO

6.1. Quadro Normativo Nacional

[Portaria n.º 281-B/2026/1 - Diário da República n.º 123/2026, Suplemento, Série I de 2026-06-29](#)

Agricultura e Mar

Segunda alteração à [Portaria n.º 124/2025/1](#), de 21 de março, segunda alteração à [Portaria n.º 125/2025/1](#), de 21 de março, primeira alteração à [Portaria n.º 121/2026/1](#), de 19 de março, primeira alteração à [Portaria n.º 120/2026/1](#), de 19 de março, que estabelecem o regime específico dos apoios a conceder no âmbito das intervenções C.3.2.1 «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», C.3.2.4 «Restabelecimento do potencial silvícola na sequência de catástrofes naturais, de fenómenos climatéricos adversos ou de acontecimentos catastróficos», C.3.2.5 «Promoção dos serviços de ecossistema» e C.3.2.6 «Melhoria do valor económico das florestas» do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal, respetivamente.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2026 - Diário da República n.º 117/2026, Série I de 2026-06-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026](#), de 3 de fevereiro, que fixa o regime de apoios financeiros a atribuir na sequência da declaração da situação de calamidade.

[Despacho n.º 7675/2026 - Diário da República n.º 116/2026, Série II de 2026-06-18](#)

Agricultura e Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas

Aprova as ações para mitigação dos riscos de incêndios rurais e de pragas e doenças florestais, preconizadas nas Operações Integradas de Gestão da Paisagem de Castelo Branco, Soure e Figueira da Foz.

[Portaria n.º 265/2026/1 - Diário da República n.º 115/2026, Série I de 2026-06-17](#)

Agricultura e Mar

Estabelece o regime específico dos apoios a conceder ao abrigo do artigo 73.º do [Regulamento \(UE\) 2021/2115](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, no que se refere à tipologia C.3.2.3, «Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos», da intervenção C.3.2, «Silvicultura Sustentável», do domínio C.3, «Sustentabilidade das zonas rurais», do eixo C, «Desenvolvimento rural», do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal).

[Decreto-Lei n.º 111/2026 - Diário da República n.º 108/2026, Série I de 2026-06-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros Economia e Coesão Territorial

Estabelece um regime excecional e temporário de suspensão dos processos de recuperação de apoios de fundos europeus recebidos indevidamente ou não justificados e de diferimento de prestações vincendas relativas a operações reembolsáveis no âmbito da eficiência energética.

[Despacho n.º 7174/2026 - Diário da República n.º 108/2026, Série II de 2026-06-05](#)

Agricultura e Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas

Aprova as ações para mitigação dos riscos de incêndios rurais e de pragas e doenças florestais, preconizadas nas Operações Integradas de Gestão da Paisagem de Proença-a-Nova, Oleiros, Góis, Nazaré e Alcobaça.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2026 - Diário da República n.º 106/2026, Série I de 2026-06-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o PTRR — Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

[Despacho n.º 6874/2026 - Diário da República n.º 104/2026, Série II de 2026-05-29](#)

Agricultura e Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas

Aprova as ações para mitigação dos riscos de incêndios rurais e de pragas e doenças florestais, preconizadas nas Operações Integradas de Gestão da Paisagem da Marinha Grande, Ferreira do Zêzere, Alvaiázere e Pombal.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2026 - Diário da República n.º 102/2026, Série I de 2026-05-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano Nacional de Qualificações do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

[Despacho n.º 6679/2026 - Diário da República n.º 101/2026, Série II de 2026-05-26](#)

Agricultura e Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas

Aprova as condições e com os fundamentos constantes dos pareceres emitidos pelas entidades referidas nos n.ºs 6 e 7 do artigo 21.º do [Decreto-Lei n.º 28-A/2020](#), de 26 de junho, na sua redação atual, as ações para mitigação dos riscos de incêndios rurais e de pragas e doenças florestais, preconizadas nas Operações Integradas de Gestão da Paisagem de Vila Velha de Ródão, Pedrógão Grande, Miranda do Corvo, Sertão e Tomar, que se encontram delimitadas nas plantas constantes do anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante, tendo como entidades gestoras os respetivos Municípios.

28

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2026 - Diário da República n.º 98/2026, Série I de 2026-05-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a aquisição e instalação de equipamentos e infraestruturas para reposição da operacionalidade do SIRESP em territórios afetados por calamidade.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2026 - Diário da República n.º 97/2026, Série I de 2026-05-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a concessão de apoios financeiros excecionais, destinados à reposição, reparação e reabilitação das infraestruturas dos aproveitamentos hidroagrícolas afetados pelos fenómenos meteorológicos adversos ocorridos nos meses de janeiro e fevereiro de 2026.

[Despacho n.º 6431/2026 - Diário da República n.º 97/2026, Série II de 2026-05-20](#)

Agricultura e Mar - Gabinete do Ministro da Agricultura e Mar

Reconhece como fenómenos climatéricos adversos equiparáveis a catástrofe natural, nos termos da alínea a) do artigo 3.º, e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da [Portaria n.º 240/2025/1](#), de 27 de maio, os fenómenos atmosféricos adversos, identificados como depressões «Leonardo» e «Marta», ocorridos entre 28 de janeiro e 7 de fevereiro de 2026 e 7 e 10 de fevereiro de 2026, respetivamente, em todo o território nacional continental.

[Lei n.º 20/2026 - Diário da República n.º 92/2026, Série I de 2026-05-13](#)

Assembleia da República

Cria um regime excecional e temporário de apoio financeiro extraordinário às entidades de proteção animal afetadas por situações de catástrofe, calamidade ou emergência ou outros fenómenos climáticos adversos.

[Resolução da Assembleia da República n.º 113/2026 - Diário da República n.º 91/2026, Série I de 2026-05-12](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a criação de um fundo para catástrofes naturais.

[Resolução da Assembleia da República n.º 112/2026 - Diário da República n.º 91/2026, Série I de 2026-05-12](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que assegure a transparência nos processos de apoio relativos às tempestades.

[Portaria n.º 214/2026/1 - Diário da República n.º 90/2026, Série I de 2026-05-11](#)

Agricultura e Mar

Estabelece o regime específico dos apoios a conceder no que se refere à tipologia C.4.1.2, «Prevenção de calamidades e catástrofes naturais», da intervenção C.4.1, «Gestão de riscos», do domínio C.4, «Risco e organização da produção», do eixo C, «Desenvolvimento rural», do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal).

[Resolução da Assembleia da República n.º 86/2026 - Diário da República n.º 81/2026, Série I de 2026-04-27](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo um conjunto de medidas destinadas à mitigação de perdas em diversas atividades económicas e à recuperação das respetivas capacidades, bem como à recuperação de habitações.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2026 - Diário da República n.º 80/2026, Série I de 2026-04-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza o Fundo Ambiental a celebrar contratos-programa «Territórios Resilientes», para financiar as intervenções de restabelecimento dos territórios ribeirinhos mais severamente afetados por situações de cheia ou inundação e das zonas costeiras igualmente afetadas.

[Portaria n.º 181/2026/1 - Diário da República n.º 77/2026, Série I de 2026-04-21](#)

Finanças e Agricultura e Mar

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 86-A/2026/1](#), de 20 de fevereiro, que regulamenta os apoios extraordinários conforme previsto na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026](#), de 3 de fevereiro, que fixa o regime de apoios financeiros decorrentes da situação de calamidade provocada pela tempestade «Kristin», nos termos do seu anexo i, alínea a), subalínea ii), e do capítulo III do anexo II.

[Despacho n.º 5204/2026 - Diário da República n.º 77/2026, Série II de 2026-04-21](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho

Aprova um regime excecional e temporário de apoios sociais aos destinatários das medidas ativas de emprego e reabilitação profissional, em virtude da tempestade Kristin e dos eventos meteorológicos que lhe seguiram.

[Resolução da Assembleia da República n.º 80/2026 - Diário da República n.º 76/2026, Série I de 2026-04-20](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a adoção de medidas para repor a capacidade produtiva agrícola e apoiar os agricultores afetados pelas tempestades ocorridas em janeiro de 2026.

[Resolução da Assembleia da República n.º 80/2026 - Diário da República n.º 76/2026, Série I de 2026-04-20](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a adoção de medidas para repor a capacidade produtiva agrícola e apoiar os agricultores afetados pelas tempestades ocorridas em janeiro de 2026.

[Resolução da Assembleia da República n.º 78/2026 - Diário da República n.º 76/2026, Série I de 2026-04-20](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a adoção de medidas extraordinárias em resposta às tempestades ocorridas.

30

[Declaração de Retificação n.º 13-A/2026/1 - Diário da República n.º 72/2026, Suplemento, Série I de 2026-04-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral do Governo

Retifica o [Decreto-Lei n.º 40-A/2026](#), de 13 de fevereiro, que estabelece um regime excecional e temporário de simplificação administrativa e financeira destinado à reconstrução e reabilitação de património e das infraestruturas localizadas nos concelhos afetados pela tempestade «Kristin».

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 69-A/2026 - Diário da República n.º 69/2026, Suplemento, Série I de 2026-04-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define os termos de financiamento e execução das medidas de apoio previstas na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026](#), de 3 de fevereiro.

[Resolução da Assembleia da República n.º 68/2026 - Diário da República n.º 69/2026, Série I de 2026-04-09](#)

Assembleia da República

Constituição da Comissão Eventual para a Resiliência Nacional, Prevenção de Catástrofes Naturais e Acompanhamento do Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

[Resolução da Assembleia da República n.º 67/2026 - Diário da República n.º 69/2026, Série I de 2026-04-09](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo o acompanhamento no terreno e a avaliação dos prejuízos causados pela tempestade Kristin.

[Despacho n.º 4631-A/2026 - Diário da República n.º 68/2026, Suplemento, Série II de 2026-04-08](#)

Agricultura e Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas

São constituídas as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) de Alcobaça, Alvaiázere, Batalha, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Góis, Leiria, Marinha Grande, Miranda do Corvo, Nazaré, Oleiros, Ourém, Pedrógão Grande, Pombal, Porto de Mós, Proença-a-Nova, Sertão, Soure, Tomar, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

[Resolução da Assembleia da República n.º 65/2026 - Diário da República n.º 63/2026, Série I de 2026-03-31](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a divulgação mensal e discriminada da execução orçamental das medidas extraordinárias adotadas na sequência das tempestades e cheias.

[Decreto-Lei n.º 79-A/2026 - Diário da República n.º 56/2026, Suplemento, Série I de 2026-03-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o [Decreto-Lei n.º 40-A/2026](#), de 13 de fevereiro, e estende o regime de apoios e de simplificação administrativa a outras parcelas do território nacional.

[Despacho n.º 3631/2026 - Diário da República n.º 56/2026, Série II de 2026-03-20](#)

Ambiente e Energia - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Energia

Determina a realização de um estudo sobre a avaliação da preparação e da resposta dos operadores das redes de transporte e distribuição do Sistema Elétrico Nacional às tempestades ocorridas em 2026 em Portugal.

[Lei n.º 9-C/2026 - Diário da República n.º 50/2026, Suplemento, Série I de 2026-03-12](#)

Assembleia da República

Aprova um regime excecional e temporário destinado à reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas nos concelhos afetados pela tempestade Kristin.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2026 - Diário da República n.º 43/2026, Suplemento, Série I de 2026-03-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2021](#), de 27 de julho, procedendo ao ajustamento das fontes de financiamento.

[Despacho n.º 2682-B/2026 - Diário da República n.º 42/2026, Suplemento, Série II de 2026-03-02](#)

Ambiente e Energia - Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia

Aprova apoios financeiros urgentes do Fundo Ambiental para o ano de 2026.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2026 - Diário da República n.º 40/2026, Série I de 2026-02-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-B/2026](#), de 3 de fevereiro, que cria linhas de crédito para apoio à reconstrução das zonas afetadas pela tempestade «Kristin», reforçando a «Linha de crédito à tesouraria».

[Despacho n.º 2389-A/2026 - Diário da República n.º 38/2026, Suplemento, Série II de 2026-02-24](#)

Economia e Coesão Territorial e Administração Interna - Gabinete do Ministro da Economia e da Coesão Territorial e Gabinete do Ministro da Administração Interna

Procede à identificação de outros concelhos afetados nos termos do disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro.

[Portaria n.º 86-A/2026/1 - Diário da República n.º 36/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-20](#)

Finanças; Agricultura e Mar

Regulamenta os apoios extraordinários conforme previsto na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026](#), de 3 de fevereiro, que fixa o regime de apoios financeiros decorrentes da situação de calamidade provocada pela tempestade «Kristin», nos termos do seu anexo I, alínea a), subalínea ii), e do capítulo III do anexo II.

[Regulamento n.º 175-A/2026 - Diário da República n.º 36/2026, Suplemento, Série II de 2026-02-20](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Regulamento que estabelece medidas extraordinárias adicionais no setor energético por situação de calamidade em resultado da tempestade Kristin.

[Despacho n.º 2235/2026 - Diário da República n.º 36/2026, Série II de 2026-02-20](#)

Ambiente e Energia - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Energia

Determina a realização de um estudo sobre a adaptação do Sistema Elétrico Nacional às alterações climáticas, incluindo a avaliação do enterramento de linhas em áreas críticas, e a adaptação dos instrumentos de planeamento da rede à nova realidade climática.

32

[Decreto-Lei n.º 40-B/2026 - Diário da República n.º 31/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Infraestruturas e Habitação

Aprova um regime excecional e temporário de isenção do pagamento de taxas de portagem para o apoio à mobilidade nas zonas afetadas pela tempestade «Kristin».

[Portaria n.º 63-A/2026/1 - Diário da República n.º 27/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Economia e Coesão Territorial

Regulamenta, em matéria de habitação própria permanente, a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026](#), de 3 de fevereiro, que fixa o regime de apoios financeiros a atribuir na sequência da declaração da situação de calamidade.

[Despacho n.º 1532-A/2026 - Diário da República n.º 26/2026, Suplemento, Série II de 2026-02-06](#)

Finanças - Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças

Autoriza a concessão de garantias pelo Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito das linhas de crédito para apoio à reconstrução das zonas afetadas pela tempestade «Kristin».

[Decreto-Lei n.º 31-B/2026 - Diário da República n.º 25/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Finanças

Fixa moratória dos empréstimos para as famílias e empresas afetadas pela tempestade «Kristin».

[Decreto-Lei n.º 31-C/2026 - Diário da República n.º 25/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Cria um regime de apoios sociais e de lay-off simplificado para as zonas atingidas pela tempestade «Kristin».

[Regulamento n.º 131-A/2026 - Diário da República n.º 25/2026, Suplemento, Série II de 2026-02-05](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova o Regulamento que Estabelece Medidas Extraordinárias no Setor Energético por Situação de Calamidade na Sequência dos Danos Causados pela Tempestade Kristin.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 24-A/2026 - Diário da República n.º 25/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga a declaração de calamidade decorrente da tempestade «Kristin».

[Despacho n.º 1335-A/2026 - Diário da República n.º 24/2026, Suplemento, Série II de 2026-02-04](#)

Agricultura e Mar - Gabinete do Ministro da Agricultura e Mar

Reconhece, oficialmente, como fenómeno climatérico adverso equiparável a catástrofe natural a tempestade Kristin, que assolou as regiões de Portugal continental, e concede o apoio que se refere à tipologia C.4.1.3 — «Restabelecimento do Potencial Produtivo» do PEPAC no Continente, com vista à reposição das condições de produção das explorações agrícolas afetadas e a criar condições para regressarem à sua atividade normal.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026 - Diário da República n.º 23/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Fixa o regime de apoios financeiros a atribuir na sequência da declaração da situação de calamidade.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-B/2026 - Diário da República n.º 23/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria linhas de crédito para apoio à reconstrução das zonas afetadas pela tempestade «Kristin».

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-C/2026 - Diário da República n.º 23/2026, Suplemento, Série I de 2026-02-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a Estrutura de Missão «Reconstrução da região Centro do País».

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026 - Diário da República n.º 21-A/2026, Série I de 2026-02-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Prorroga a situação de calamidade e procede ao alargamento do seu âmbito territorial.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026 - Diário da República n.º 21/2026, Suplemento, Série I de 2026-01-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Declara a situação de calamidade na sequência dos danos causados pela tempestade Kristin.

[Portaria n.º 313/2025/1 - Diário da República n.º 177/2025, Série I de 2025-09-15](#)

Agricultura e Mar

Procede à primeira alteração às Portarias n.os [124/2025/1](#) e [125/2025/1](#), que estabelecem o regime específico dos apoios a conceder no âmbito, respetivamente, da tipologia C.3.2.1, «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», e da tipologia C.3.2.4, «Restabelecimento do potencial silvícola na sequência de catástrofes naturais, de fenómenos climatéricos adversos ou de acontecimentos catastróficos», do domínio C.3, «Sustentabilidade das zonas rurais», do eixo C do PEPAC Portugal.

[Portaria n.º 161-A/2025/1 - Diário da República n.º 69/2025, Suplemento, Série I de 2025-04-08](#)

Agricultura e Pescas

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 110/2025/1](#), de 13 de março, que estabelece o regime de aplicação da medida 23, «Apoio temporário e excecional em resposta a catástrofes naturais reconhecidas», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 125/2025/1 - Diário da República n.º 57/2025, Série I de 2025-03-21](#)

Agricultura e Pescas

Apoios ao Restabelecimento do Potencial Florestal após Catástrofes Naturais no Âmbito do Desenvolvimento Rural

34

[Portaria n.º 110/2025/1 - Diário da República n.º 51/2025, Série I de 2025-03-13](#)

Agricultura e Pescas

Regime de aplicação da medida 23, «Apoio temporário e excecional em resposta a catástrofes naturais reconhecidas», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2024 - Diário da República n.º 201/2024, Série I de 2024-10-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a subdivisão dos Açores.

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2024/A - Diário da República n.º 149/2024, Série I de 2024-08-02](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Adapta o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População a todo o território da Região Autónoma dos Açores.

[Despacho n.º 4067/2024 - Diário da República n.º 74/2024, Série II de 2024-04-15](#)

Administração Interna - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Regulamentação do Sistema de Gestão de Operações (SGO).

[Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 48/2024 – Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, \(3.º suplemento\) de 2024-02-02](#)

Presidência do Governo Regional

Aprova o Programa para a Orla Costeira da Madeira, abreviadamente designado por POCMAD.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2024 - Diário da República n.º 4/2024, Série I de 2024-01-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à reprogramação dos encargos com contribuições de Portugal com a Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT)

[Decreto Legislativo Regional n.º 39/2023/M - Diário da República n.º 150/2023, Série I de 2023-08-03](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Terceira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M](#), de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira

[Resolução da Assembleia da República n.º 66/2023 - Diário da República n.º 116/2023, Série I de 2023-06-16](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que crie um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2023/M - Diário da República n.º 13/2023, Série I de 2023-01-18](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o PROTRAM - Programa Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira

[Decreto-Lei n.º 90-A/2022 - Diário da República n.º 251/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-12-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Administração Interna

Aprova o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2022/A - Diário da República n.º 106/2022, Série I de 2022-06-01](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Regime jurídico-financeiro de apoio à emergência climática

[Despacho n.º 3212-A/2022 - Diário da República n.º 52/2022, 1º Suplemento, Série II de 2022-03-15](#)

Administração Interna - Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna

Determinação da localização dos comandos sub-regionais de emergência e proteção civil

[Despacho n.º 12845/2021 - Diário da República n.º 252/2021, Série II de 2021-12-30](#)

Ambiente e Ação Climática - Gabinete do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território

Homologa a segunda alteração ao Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

[Portaria n.º 325-B/2021 - Diário da República n.º 251/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-29](#)

Finanças, Administração Interna e Modernização do Estado e da Administração Pública

Fixa a estrutura e a organização interna da Força Especial de Proteção Civil (FEPC).

[Portaria n.º 322/2021 - Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29](#)

Administração Interna

Regulação da composição e do funcionamento das equipas de intervenção permanente (EIP)

[Resolução da Assembleia da República n.º 357/2021 - Diário da República n.º 247/2021, Série I de 2021-12-23](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a adoção de medidas de apoio em caso de ocorrência de fenómenos climáticos adversos

[Decreto-Lei n.º 82/2021 - Diário da República n.º 199/2021, Série I de 2021-10-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Ambiente e Ação Climática

Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021 - Diário da República n.º 155/2021, Série I de 2021-08-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030

[Lei n.º 38/2021 - Diário da República n.º 115/2021, Série I de 2021-06-16](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a legislar no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e das suas regras de funcionamento

[Despacho n.º 5283/2021 - Diário da República n.º 102/2021, Série II de 2021-05-26](#)

Administração Interna - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Definição das cinco células operacionais do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil

[Portaria n.º 32/2021 - Diário da República n.º 28/2021, Série I de 2021-02-10](#)

Administração Interna e Modernização do Estado e da Administração Pública

Regulamentação do processo de credenciação de técnicos municipais responsáveis pela apreciação de projetos e medidas de autoproteção e pela realização de vistorias e inspeções das condições de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE) de edifícios e recintos classificados na 1.ª categoria de risco

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020 - Diário da República n.º 222/2020, Série I de 2020-11-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Portugal 2030

[Resolução da Assembleia da República n.º 72/2020 - Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo medidas urgentes de apoio aos agricultores do Norte e do Centro afetados pelas intempéries de abril e maio

[Declaração de Retificação n.º 26/2020 - Diário da República n.º 144/2020, Série I de 2020-07-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a [Portaria n.º 135/2020](#), de 2 de junho, da Administração Interna, sobre a alteração ao Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE), aprovado pela [Portaria n.º 1532/2008](#), de 29 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 107, de 2 de junho de 2020

[Decreto-Lei n.º 43/2020 - Diário da República n.º 140/2020, Série I de 2020-07-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Administração Interna

Estabelece o Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência

[Portaria n.º 61/2020 - Diário da República n.º 46/2020, Série I de 2020-03-05](#)

Finanças e Agricultura

Alteração ao Regulamento do Seguro de Colheitas e da Compensação de Sinistralidade, adiante designado por Regulamento, aprovado em anexo à [Portaria n.º 65/2014](#), de 12 de março, alterado pelas [Portarias n.º s 132/2017](#), de 10 de abril, e [109/2018](#), de 23 de abril

[Decreto-Lei n.º 28-B/2020 - Diário da República n.º 123/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-06-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Administração Interna

Regime contraordenacional, no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta

[Lei n.º 123/2019 - Diário da República n.º 201/2019, Série I de 2019-10-18](#)

Assembleia da República

Terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 220/2008](#), de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios

[Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05](#)

Assembleia da República

Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (revoga a [Lei n.º 58/2007](#), de 4 de setembro)

[Decreto-Lei n.º 44/2019 - Diário da República n.º 64/2019, Série I de 2019-04-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Proponente: Administração Interna

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil

[Portaria n.º 72-D/2019 - Diário da República n.º 46/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-03-06](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Regime de aplicação do apoio 6.2.1, «Prevenção de calamidades e catástrofes naturais», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

[Decreto-Lei n.º 2/2019 - Diário da República n.º 8/2019, Série I de 2019-01-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros; Administração Interna

Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018 - Diário da República n.º 87/2018, Série I de 2018-05-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

[Decreto-Lei n.º 152-B/2017 - Diário da República n.º 236/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-12-11](#)

Ambiente

Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a [Diretiva n.º 2014/52/UE](#)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2017 - Diário da República n.º 210/2017, Série I de 2017-10-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova um plano de atuação para Limpeza das Bermas e Faixas de Gestão de Combustível da Rodovia e da Ferrovia, que visa contribuir eficazmente para o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017 - Diário da República n.º 209/2017, Série I de 2017-10-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 - Diário da República n.º 208/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais

[Decreto-Lei n.º 130/2017 - Diário da República n.º 194/2017, Série I de 2017-10-09](#)

Ambiente

Estabelece um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 21/2017/M - Diário da República n.º 150/2017, Série I de 2017-08-04](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo da República a defesa de uma Estratégia Nacional de Combate aos Incêndios Florestais que englobe as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

[Decreto Legislativo Regional n.º 18/2017/M - Diário da República n.º 122/2017, Série I de 2017-06-27](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Sistema regional de gestão territorial (Região Autónoma da Madeira)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2017 - Diário da República n.º 88/2017, Série I de 2017-05-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Programa Nacional de Fogo Controlado

[Portaria n.º 91/2017 - Diário da República n.º 44/2017, Série I de 2017-03-02](#)

Administração Interna

Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil

[Portaria n.º 238/2016 - Diário da República n.º 167/2016, Série I de 2016-08-31](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Alteração ao Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

[Decreto-Lei n.º 42-A/2016 - Diário da República n.º 155/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-08-12](#)

Ambiente

Fundo Ambiental

[Portaria n.º 143-A/2016 - Diário da República n.º 94/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-05-16](#)

Administração Interna

Programa de Apoio Infraestrutural

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015 - Diário da República n.º 167/2015, Série I de 2015-08-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2015 - Diário da República n.º 98/2015, Série I de 2015-05-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., a realizar as despesas relativas às quotizações de base e à celebração dos contratos referentes à segunda geração de programas obrigatórios previstos na Convenção EUMETSAT, com a Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos

[Decreto-Lei n.º 80/2015 - Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT

[Resolução n.º 30/2015 - Diário da República n.º 88/2015, Série II de 2015-05-07](#)

Ministério da Administração Interna - Comissão Nacional de Proteção Civil

Aprovação de diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil e revogação da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 de julho

[Portaria n.º 57-B/2015 - Diário da República n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-02-27](#)
Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

[Lei n.º 31/2014 - Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30](#)

Assembleia da República

Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

[Portaria n.º 65/2014 - Diário da República n.º 50/2014, Série I de 2014-03-12](#)

Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar

Regulamento do seguro de colheitas e da compensação de sinistralidade, integrados no Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 - Diário da República n.º 67/2013, Série I de 2013-04-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional

[Portaria n.º 45/2013 - Diário da República n.º 24/2013, Série I de 2013-02-04](#)

Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Segunda alteração ao Regulamento do Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas aprovado pela [Portaria nº 318/2011](#), de 30 de dezembro

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A - Diário da República n.º 66/2012, Série I de 2012-04-02](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade

[Portaria n.º 485/2010 - Diário da República n.º 134/2010, Série I de 2010-07-13](#)

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente e do Ordenamento do Território

Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Intervenção Ambiental

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2010 - Diário da República n.º 8/2010, Série I de 2010-01-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Desencadeia as acções destinadas à minimização dos prejuízos provocados pelas condições climáticas excepcionais que atingiram os distritos de Leiria, Lisboa e Santarém no dia 23 de Dezembro de 2009

[Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M - Diário da República n.º 124/2009, Série I de 2009-06-30](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o regime jurídico do Sistema de Protecção Civil da Região Autónoma da Madeira

[Portaria n.º 174/2009 - Diário da República n.º 34/2009, Série I de 2009-02-18](#)

Ministério da Administração Interna

Regulamenta o Programa de Apoio aos Equipamentos (PAE)

[Lei n.º 53/2008 - Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29](#)

Assembleia da República

Lei de Segurança Interna

[Decreto-Lei n.º 147/2008 - Diário da República n.º 145/2008, Série I de 2008-07-29](#)

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais

[Portaria n.º 302/2008 - Diário da República n.º 77/2008, Série I de 2008-04-18](#)

Ministério da Administração Interna

Estabelece as normas de funcionamento da Comissão Nacional de Protecção Civil

[Lei n.º 65/2007 - Diário da República n.º 217/2007, Série I de 2007-11-12](#)

Assembleia da República

Define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de protecção civil e determina as competências do comandante operacional municipal

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007 - Diário da República n.º 55/2007, Série I de 2007-03-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova as opções fundamentais do Sistema Integrado de Segurança Interna da República Portuguesa

[Lei n.º 27/2006 - Diário da República n.º 126/2006, Série I de 2006-07-03](#)

Assembleia da República

Lei de Bases da Protecção Civil

[Resolução da Assembleia da República n.º 21/2006 - Diário da República n.º 55/2006, Série I-A de 2006-03-17](#)

Assembleia da República

Reformulação do Fundo de Solidariedade da União Europeia

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2010 - Diário da República n.º 242/2010, Série I de 2010-12-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Desencadeia as acções destinadas à minimização dos prejuízos provocados pelas condições climáticas excepcionais que atingiram vários municípios no dia 7 de Dezembro de 2010

[Lei n.º 27/2006 - Diário da República n.º 126/2006, Série I de 2006-07-03](#)

Assembleia da República

Lei de Bases da Protecção Civil

[Decreto-Lei n.º 22/2006 - Diário da República n.º 24/2006, Série I-A de 2006-02-02](#)

Ministério da Administração Interna

Consolida institucionalmente o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e cria o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana

Alguns textos de legislação mantêm a ortografia anterior ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, por fidelidade à fonte original.

6.2. Quadro Normativo Europeu

C/2026/3185 - [Autorização de auxílios estatais no âmbito das disposições dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia — Casos relativamente aos quais a Comissão não levanta objeções — SA.122821](#) – Auxílios destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários.
Data do documento: 22/06/2026

ST 10464 2026 INIT - [Pacote Horizonte Europa: Programa-Quadro de Investigação e Inovação 2028-2034](#) – Programa-Quadro e as suas regras de participação e difusão – Orientação geral parcial
Data do documento: 24/06/2026

C/2026/2821 - [Autorização de auxílios estatais no âmbito das disposições dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia — Casos relativamente aos quais a Comissão não levanta objeções — SA.120268](#) – Desenvolvimento setorial, Agricultura; Silvicultura; Zonas rurais, Exploração de aeroportos, Infraestrutura ou equipamento aeroportuários, Infraestruturas de banda larga, Compensação de danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários, Coordenação de transportes, Cultura, Infraestruturas energéticas, Eficiência energética, Energia, Proteção do ambiente.
Autor: Comissão Europeia, Direção-Geral da Concorrência
Data do documento: 17/06/2026

ST 10559 2026 INIT - [Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Fundo Europeu para a Coesão Económica, Territorial e Social, a Agricultura e o Meio Rural, as Pescas e o Setor Marítimo, a Prosperidade e a Segurança para o período 2028-2034 e que altera o Regulamento \(UE\) 2023/955 e o Regulamento \(UE, Euratom\) 2024/2509 \(Regulamento PPNR\)](#) – Orientação geral parcial
Data do documento: 16/06/2026

C/2025/3743 - [Autorização de auxílios estatais no âmbito das disposições dos artigos 107.o e 108.o do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia — Casos relativamente aos quais a Comissão não levanta objeções — SA.117918](#) – Auxílios para a prevenção e reparação dos danos causados às florestas por incêndios, calamidades naturais, acontecimentos climáticos adversos suscetíveis de serem equiparados a calamidades naturais, outros acontecimentos climáticos adversos, pragas vegetais e acontecimentos catastróficos
Data do documento: 23/04/2026

PE/64/2025/REV/1 - [Diretiva \(UE\) 2026/799 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de março de 2026, que harmoniza certos aspetos do direito da insolvência \(Texto relevante para efeitos do EEE\)](#)
Autor: Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia
Data do documento: 30/03/2026

COM/2026/330 final - [COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES](#) – relativa à gestão integrada dos riscos de incêndios florestais
Data do documento: 25/03/2026

C/2025/4568 - [Regulamento Delegado \(UE\) 2026/73 da Comissão, de 4 de julho de 2025, que altera o Regulamento Delegado \(UE\) 2021/2178 no respeitante à simplificação do teor e da apresentação das informações a divulgar relativamente às atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental e os Regulamentos Delegados \(UE\) 2021/2139 e \(UE\) 2023/2486 no respeitante à simplificação de determinados critérios técnicos de avaliação para determinar se as atividades económicas não prejudicam significativamente os objetivos ambientais](#) – JO L, 2026/73, 8.1.2026, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg_del/2026/73/oj
Data do documento: 08/01/2026

[Regulamento Delegado \(UE\) 2021/1078 da Comissão, de 14 de abril de 2021, que complementa o Regulamento \(UE\) 2021/523 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelecendo as diretrizes em matéria de investimento relativas ao Fundo InvestEU](#) – Texto consolidado
Data do documento: 07/01/2026

COM/2025/785 final - [COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES](#) – Bússola da Cultura para a Europa
Data do documento: 12/11/2025

COM/2025/668 final - [RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO](#) – Relatório Intercalar sobre a Ação Climática da UE em 2025
Data do documento: 06/11/2025

COM/2025/561 final - [RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO](#) – Avanços na gestão dos riscos e no reforço da resiliência na Europa: Primeiro relatório sobre a aplicação dos objetivos da União em matéria de resiliência a catástrofes Segunda atualização sobre a prevenção e gestão dos riscos de catástrofe na Europa
Data do documento: 29/09/2025

EESC 2025/00737 - [Parecer do Comité Económico e Social Europeu — Diplomacia azul e cooperação no domínio da água — soluções para aliviar a pressão da migração induzida pelo clima \(parecer de iniciativa\)](#) – JO C, C/2026/18, 16.1.2026JO C, C/2026/18, 16.1.2026, ELI: <http://data.europa.eu/eli/C/2026/18/oj>
Data do documento: 18/09/2025

COM/2025/484 final - [COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório de prospetiva estratégica de 2025 Resiliência 2.0: Capacitar a UE para prosperar num contexto de turbulência e incerteza](#)
Data do documento: 09/09/2025

C/2025/2130 - [Decisão de Execução \(UE\) 2025/704 da Comissão, de 10 de abril de 2025, que estabelece as normas de execução da Decisão n.o 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia e que revoga as Decisões de Execução 2014/762/UE e \(UE\) 2019/1310 da Comissão \[notificada com o número C\(2025\) 2130\]](#) – JO L, 2025/704, 15.4.2025, ELI: http://data.europa.eu/eli/dec_impl/2025/704/oj
Data do documento: 10/04/2025

JOIN/2025/130 final - [COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES](#) – Estratégia para uma União da Preparação

Data do documento: 26/03/2025

P10_TA(2024)0035 - [Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2024, em Baku, Azerbaijão \(COP29\) — Resolução do Parlamento Europeu, de 14 de novembro de 2024, sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2024, em Baku, Azerbaijão \(COP29\) \(2024/2718\(RSP\)\)](#) – JO C, C/2025/808, 11.2.2025, ELI: <http://data.europa.eu/eli/C/2025/808/oj>

Data do documento: 14/11/2024

[Decisão \(UE\) 2024/2772 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2024, relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Itália, à Eslovénia, à Áustria, à Grécia e à França em relação a seis catástrofes naturais que ocorreram em 2023](#)

Autor: Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia

Data do documento: 09/10/2024

[Decisão \(UE\) 2024/2772 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2024, relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Itália, à Eslovénia, à Áustria, à Grécia e à França em relação a seis catástrofes naturais que ocorreram em 2023](#)

Autor: Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia

Data do documento: 09/10/2024

COM/2024/427 final - [RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO](#) – Relatório Anual das operações de ajuda humanitária da União Europeia financiadas em 2023.

Data do documento: 02/10/2024

COM/2024/130 final - [RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO](#) – sobre os progressos realizados na execução do artigo 6.º do Mecanismo de Proteção Civil da União (Decisão n.º 1313/2013/UE) Prevenção e gestão dos riscos de catástrofe na Europa

Data do documento: 12/03/2024

COM/2024/91 final - [COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES](#) – Gerir os riscos climáticos — proteger as pessoas e a prosperidade

Data do documento: 12/03/2024

P9_TA(2023)0407 - [Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2023 no Dubai, Emirados Árabes Unidos \(COP28\) — Resolução do Parlamento Europeu, de 21 de novembro de 2023, sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2023, no Dubai, Emirados Árabes Unidos \(COP28\) \(2023/2636\(RSP\)\)](#) – JO C, C/2024/4210, 24.7.2024, ELI: <http://data.europa.eu/eli/C/2024/4210/oj>

Data do documento: 21/11/2023

C/2023/3850 - [Regulamento Delegado \(UE\) 2023/2485 da Comissão, de 27 de junho de 2023, que altera o Regulamento Delegado \(UE\) 2021/2139 mediante o estabelecimento de critérios técnicos de avaliação adicionais para determinar em que condições determinadas atividades económicas são qualificadas como contribuindo substancialmente para a mitigação das](#)

[alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas e estabelecer se essas atividades não prejudicam significativamente o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais](#) – JO L, 2023/2485, 21.11.2023, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg_del/2023/2485/oj
Data do documento: 27/06/2023

COM/2023/194 final - [Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia](#) – Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia. Publicada no JO L 347 de 20.12.2013, p. 924.
Data do documento: 14/04/2023

[Decisão \(UE\) 2023/68 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Bélgica, à Alemanha, à Grécia, a Espanha, ao Luxemburgo, aos Países Baixos e à Áustria, na sequência das catástrofes naturais que ocorreram nestes países no decurso de 2021](#)
Autor: Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia
Data do documento: 14/12/2022

PE/51/2022/REV/1 - [Diretiva \(UE\) 2022/2557 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 relativa à resiliência das entidades críticas e que revoga a Diretiva 2008/114/CE do Conselho \(Texto relevante para efeitos do EEE\)](#) – JO L 333 de 27.12.2022, pp. 164-198
Data do documento: 14/12/2022

PE/83/2021/REV/1 - [Decisão \(UE\) 2022/591 do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de abril de 2022 relativa a um Programa Geral de Ação da União para 2030 em Matéria de Ambiente](#) – Programa Geral de Ação da União para 2030 em Matéria de Ambiente, JO L 114 de 12.4.2022, pp. 22-36
Data do documento: 06/04/2022

[Decisão \(UE\) 2021/885 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio de 2021 relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Grécia e a França em relação com catástrofes naturais e à Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Croácia, Chéquia, Espanha, Estónia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Montenegro, Portugal, Roménia e Sérvia em relação com uma emergência de saúde pública](#)
Autor: Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia
Data do documento: 20/05/2021

[Decisão \(UE\) 2021/75 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2020 relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Croácia e à Polónia em relação com uma catástrofe natural e para o pagamento de adiantamentos à Croácia, à Alemanha, à Grécia, à Hungria, à Irlanda, a Portugal e à Espanha em relação com uma emergência de saúde pública](#)
Autor: Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia
Data do documento: 25/11/2020

6.3. Jurisprudência

[Processo n.º 3559/23.0T8CBR.C1](#)

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE COIMBRA

Relator: LUÍS RICARDO

Descritores: CONTRATO DE SEGURO, DANOS PROVOCADOS POR TEMPESTADE, PROVA TESTEMUNHAL, VALORAÇÃO DOS DEPOIMENTOS, LIQUIDAÇÃO DOS DANOS EM INCIDENTE DE LIQUIDAÇÃO

Data do Acórdão: 12/05/2026

Sumário:

I - Não existindo elementos objectivos em contrário, deve ser levado em consideração um depoimento, prestado por uma testemunha, do qual resulta que determinado imóvel e o respectivo recheio foram danificados por uma tempestade, prejuízos que o depoente percepcionou de forma directa dois dias após a ocorrência desse evento.

II - A ausência de elementos que permitam fixar a indemnização que decorre de um contrato de seguro implica que a mesma seja determinada em incidente de liquidação, face ao disposto no art. 609º, nº2, do C.P.C..

(Sumário elaborado pelo Relator)

[Processo n.º 0136/20.1BALS](#)

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Relator: CRISTINA SANTOS

Descritores: PERIGO PARA A SAÚDE, DANO ESPECIAL E ANORMAL

Data do Acórdão: 18/02/2021

Sumário:

I - Por calamidade pública entendem-se as catástrofes naturais (terramotos, vulcões, tempestades, inundações e epidemias), as “catástrofes tecnológicas” e os “acidentes graves” (acidentes ferroviários, náuticos, aéreos, incêndios, explosões, etc.).

II - Conjugando os conceitos de “situação de calamidade”, “acidente grave” e de “catástrofe” temos que subjacente à ideia de calamidade pública se encontra uma situação de perigo, em relação ao qual a decretação do estado de excepção se apresenta como uma medida de defesa, situação de perigo que justifica a litude do acto praticado; este perigo é sempre de natureza não humana e o mesmo só adquire relevo quando se pretende preservar os interesses pessoais ou patrimoniais.

III - Os custos do encerramento do estabelecimento bar/discoteca não extravasam os encargos sociais normais da vida em sociedade, custos generalizados a todo o tecido económico privado obrigado a encerrar ou reduzir drasticamente a sua actividade empresarial, custos exigíveis como contrapartida dos benefícios obtidos na contenção das cadeias de contágio do vírus covid-19 mediante a aplicação das medidas de minoração do perigo de contágio pandémico, v.g. No que importa ao caso dos autos, constantes do artº 12º nº 1 dl 10-a/2020 e artº 3º nº 1 rcm 92-a/2020, efeito de contenção relativamente conseguido no verão/2020 mas totalmente anulado a partir de novembro desse ano, com consequências devastadoras na população em razão da acentuada morbilidade e letalidade do vírus covid-19.

IV - Atenta a definição constante do artº 2º nº 2 in fine lei 67/2007, para os efeitos do artº 15º nº 1 lei 67/2007 (função político-legislativa) no tocante ao artº 12º nº 1 dl 10.a/2020 e do artº 16º lei 67/2007 (indemnização pelo sacrifício) relativamente ao artº 3º nº 1 da rcm nº 92-a/2020, os prejuízos causados à actividade empresarial prosseguida pelo particular com estabelecimento comercial de bar/discoteca, decorrentes da suspensão de acesso público

seguida de encerramento, não integram o conceito de danos anormais; consequentemente, não são danos indemnizáveis.

Os textos de jurisprudência dos tribunais portugueses mantêm a ortografia anterior ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, por fidelidade à fonte original.

[Acórdão do Tribunal de Justiça \(Sexta Secção\) Région wallonne.de 21 de maio de 2026](#)

Reenvio prejudicial — Auxílios de Estado — Isenção por categoria de certos auxílios no setor agrícola e florestal — Regulamento (UE) n.º 702/2014 — Auxílios destinados a compensar os danos causados por acontecimentos climáticos adversos suscetíveis de ser equiparados a calamidades naturais — Redução do montante do auxílio em caso de não subscrição de um seguro que cubra, pelo menos, 50 % da produção anual média ou do rendimento anual médio resultante da produção e os riscos climáticos mais frequentes no Estado-Membro ou na região em causa — Artigo 25., n.º 9 — Impossibilidade de o beneficiário do auxílio subscrever o seguro exigido.

Processos apensos C-52/25 e C-53/25.

Coletânea da Jurisprudência — Coletânea Geral — Parte «Informações sobre as decisões não publicadas»